INFORME

APUBH

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Nº 39 – 21.05.85

ASSEMBLÉIA GERAL

O plenário da Assembléia Geral dos professores, realizada na última sexta-feira, no ICEX, deliberou a convocação de nova assembléia, na próxima quinta-feira, 23, para definição das propostas a serem encaminhadas ao Conselho Universitário, que tem reunião marcada para o dia 24.

A assembléia optou por não encaminhar nenhuma proposta naquela data, considerando que as questões não estavam suficientemente discutidas. Os professores deverão aprofundar as discussões em seus departamentos e unidades.

A assembléia do dia 24 terá também como ponto de pauta a campanha salarial. A ANDES tem audiência marcada esta semana com o Ministro da Educação, Marco Maciel, que prometeu responder às reivindicações apresentadas pela entidade. De posse das respostas, os professores terão elementos concretos para definirem os rumos da campanha salarial. Neste **Informe** você encontra ponto por ponto as questões discutidas com Marco Maciel na última audiência concedida à ANDES.

A próxima assembléia geral será às 10 horas, no ICEX. Não deixe de comparecer.

COMITÊ PRÓ-DIRETAS

Em assembléia realizada no dia 15, os funcionários da UFMG aprovaram a formação de um comitê pró-diretas para a sucessão do reitor, com participação da ASSUFEMG, APUBH e DCE.

A assembléia deliberou ainda a homologação de um único nome para reitor, escolhido pela comunidade, a ser referendado pelo Colégio Eleitoral,

Quanto à proporção da participação da comunidade na eleição para reitor, a assembléia decidiu que a questão deverá ser discutida mais amplamente no decorrer da campanha eleitoral. A eleição para reitor deverá também ser precedida de um Congresso Universitário, que teria como propósito debater nomes de reitoráveis e apresentação de programas.

Os funcionários também entraram firmes na campanha salarial. Estão reivindicando reajuste em 1º de julho, com base na inflação real, trimestralidade, piso salarial de três salários mínimos, transformação das gratificações em salário, extensão dos 80% concedidos aos funcionários de nível superior, 13º salário para os estatutários e qüinqüênio para os celetistas, e nova classificação de cargos e salários.

ANDES EM AUDIÊNCIA COM MACIEL

Na audiência de 9 de maio, a diretoria da ANDES voltou a cobrar do ministro Marco Maciel resposta às reivindicações apresentadas em 21 de março. Maciel atribuiu a demora em responder às questões aos fatos que se sucederam àquela data, referindo-se à doença e morte de Tancredo Neves. Participaram também da audiência o Secretário do Ensino Superior – SESu, Gamaliel Herval, e o Chefe de Gabinete do Ministro, Cláudio Lembo. A seguir, os assuntos tratados:

VERBAS

O Ministro afirmou estar tentando obter suplementação de verbas junto aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. O MEC já realizou um levantamento interno da situação. Sem definir data de repasse ou montante, Marco Maciel disse já haver definido uma suplementação de recursos para que as universidades não paralisem suas atividades.

O Ministro garantiu também estar lutando pela aplicação da Emenda Calmon. Para integralizar os 13% previstos pela Emenda, o MEC precisa receber mais 6,1% da receita tributária bruta da União. Esses recursos seriam destinados somente à educação formal, ficando excluídas outras verbas genericamente destinadas à educação.

SALÁRIOS

O critério de trimestralidade para os reajustes salariais dificilmente será implantado, pois contraria a política econômica do Governo, adiantou Maciel. Quanto aos salários das autarquias, disse o Ministro que tenta obter aumento diferenciado para o magistério, em julho, sem garantir percentuais. Ao pedido de 37,3% de reposição salarial, para o mês de maio, ele comprometeu-se a dar resposta em 10 dias.

AUTONOMIA

O Ministro quase chegou a concordar com a retirada do projeto de autonomia financeira, que está no Congresso, mas por interferência do Secretário do Ensino Superior, solicitou prazo também de 10 dias para responder à solicitação de retirada do projeto.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

À insistência da ANDES em que os resultados do trabalho da Comissão do MEC sejam submetidos à comunidade universitária antes de sua implementação pelo Ministério, Marco Maciel respondeu que se o trabalho for desenvolvido em constante intercâmbio com a universidade, o resultado refletirá o consenso das propostas que o MEC implantará. Nas argumentações que se seguiram de ambas as partes, ficou evidente a divergência entre o MEC e a ANDES para o encaminhamento desta questão.

BOLSAS DA CAPES

Não haverá mais atrasos nos pagamentos das bolsas, informou o Ministro.

APOSENTADORIA INTEGRAL

O Ministro pediu prazo de 10 dias para responder à questão e estava informado da dificuldade de se derrubar o veto ao projeto de aposentadoria.

DIRIGENTES

A ANDES quer que a escolha dos dirigentes das IES se dê por eleições diretas que se esgotem na universidade, e que seja indicado o primeiro nome das listas sêxtuplas. O Ministro disse que as questões pendentes não tiveram origem em sua gestão e que já solicitou estudo dessa questão à Comissão do MEC.

VERBAS PARA AS IES PARTICULARES

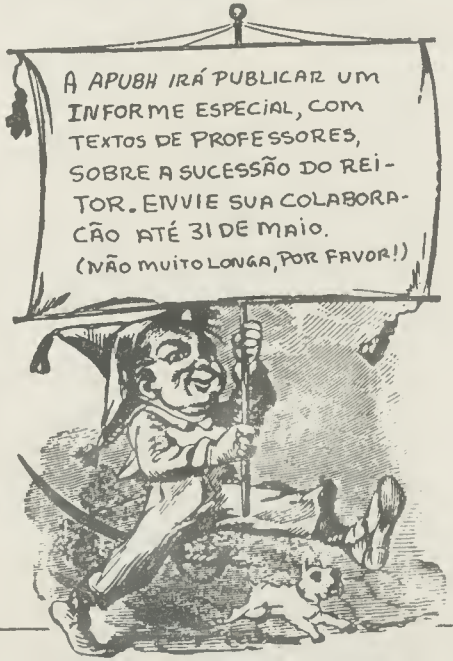
A ANDES defende a destinação de verbas públicas para as IES particulares tão somente para capacitação de docentes e para projetos de pesquisa e extensão, com o controle dos órgãos colegiados. Maciel informou que a questão não foi

ainda estudada pelo MEC. Mas prometeu resposta em 10 dias.

AVALIAÇÃO DA ANDES

A trimestralidade só será possível através de intensa mobilização dos docentes, juntamente com outros setores da sociedade. No que se refere às verbas, o Ministro deseja preservar seu prestígio político, empenhando-se em conseguir recursos para o MEC; até o momento, porém, só conseguiu verba para impedir a paralisação das IES federais. A política de verbas para os docentes da rede particular, se não for aquela defendida pela ANDES, corre o risco de beneficiar não o ensino e a pesquisa mas as mantenedoras, considerando-se a pressão de setores privatizantes presentes na composição do MEC; é necessário o empenho do movimento docente para implantação da política defendida pela entidade. Essas são as conclusões da ANDES a respeito da audiência.

Em relação aos salários, à aposentadoria integral, verbas para as particulares e a retirada do projeto de autonomia, a ANDES aguardará o prazo de 10 dias (termina dia 20), pedida pelo Ministro, para definir uma estratégia de ação.



APOSENTADORIA INTEGRAL

O Senador Fernando Henrique Cardoso informou a representantes da ANDES, no dia 7 de maio, que havia uma determinação do Governo no sentido de não se derrubar vetos, no Congresso Nacional. Mesmo assim, a entidade procurou os parlamentares no dia 8, para tentar a derrubada do veto ao Projeto Juarez Bernardes. O Líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, disse à ANDES, pouco antes do início da votação das emendas constitucionais, que a posição do Governo era de transferir a apreciação do veto para o dia seguinte. Na sessão do dia 9, compareceram ao trabalho 16 parlamentares (15 dos 480 deputados e 1 dos 67 senadores), ficando assim, por falta de quorum, mantido o veto do ex-presidente Figueiredo ao Projeto.

A LUTA NÃO TERMINOU

A ANDES vê dois caminhos a seguir, para resolver a questão, e já começou a agir.

Aproveitando a presença dos 16 parlamentares à sessão do Congresso, foi proposta a reapresentação do Projeto Juarez Bernardes, com pequenas modificações (para que se torne um novo projeto) e discussão com as lideranças partidárias para solicitar regime de urgência na tramitação deste projeto.

O outro caminho a ser tentato passa pelo Executivo, buscando-se uma solução para o caso na próxima audiência com o Ministro da Educação, que já se declarou favorável ao Projeto do Deputado Juarez Bernardes.

ERRATA

Na nota intitulada APOSENTADORIA, publicada no último Informe APUBH, onde se lê: "enviou também telegramas aos senadores federais mineiros", leia-se: "enviou também telegramas aos senadores e deputados federais mineiros". Desculpem a nossa falha.

A SUCESSÃO NA UFMG

Na última reunião do Conselho de Representantes da APUBH, foram apresentados os relatos das propostas das Unidades da UFMG para a sucessão do Reitor. Algumas unidades não conseguiram a mobilização desejada para que a questão fosse amplamente discutida.

No **ICB**, *a Congregação rejeitou a proposta de eleição direta para escolha do reitor. O professor Humberto Alves apresentou proposta no sentido de se eleger uma Assembléia Constituinte para, num primeiro momento, eleger o reitor, e, em seguida, promover a modificação dos estatutos da UFMG. A Constituinte contaria com a participação de 30% de cada segmento da Universidade e de 10% de representantes da sociedade.*

Na **Farmácia**, *a proposta é de eleição direta de apenas 1 candidato, compondo-se a lista sêxtupla apenas para atender à legislação. Esse candidato seria referendado pelo Colégio Eleitoral, que asseguraria junto ao Ministério da Educação a sua indicação pelo Presidente da República.*

A proposta da Congregação da **FACE** *é de se ampliar o Colégio Eleitral de 80 para 260 membros, ampliação a ser feita por voto direto. Para elaboração da lista sêxtupla, seria feita consulta à comunidade, com o resultado final divulgado por segmento, sem ponderação de votos, para que cada membro do colégio possa avaliar os resultados como melhor lhe convier. Os professores do Departamento de Economia daquela Unidade também realizaram assembléias mas deixaram de enviar suas propostas ao Conselho Universitário, por falta de consenso.*

Na **Engenharia** *não houve posição formal de nenhum órgão. Em reuniões promovidas por grupos de professores e estudantes, não chegou a haver consenso para formulação de propostas. No entanto, três propostas circularam pelos departamentos, em busca de adesões: 1) prevê ampliação do Colégio Eleitoral na proporção de 1 professor para cada 25, com participação de 1/5 de funcionários e estudantes; 2) proposta de participação de 1/3 de cada segmento; 3) participação de toda a comunidade, com voto de aluno valendo 1/5 do voto de professor e o dos funcionários à razão de 1/10 do voto de professor.*

A **FALE**, *em assembléia convocada pela diretoria, recusou a proposta enviada pelo Conselho Universitário, aprovando eleição direta para reitor, com voto proporcional à razão de 1/3 para cada segmento. Pelo processo direto, será escolhido apenas um nome, que deverá obter maioria absoluta de votos; se necessário, promove-se um segundo pleito, disputado pelos dois candidatos mais votados. A lista sêxtupla foi rejeitada pela assembléia da FALE, que apontou, ainda, a necessidade de se especificar as condições de elegibilidade (funcionários e estudantes podem candidatar-se?).*

Na assembléia geral dos professores foi apresentada a proposta da **FAFICH**, *que prevê a proporcionalidade do voto de acordo com a participação de cada segmento. Quanto maior o número de professores que participarem da eleição, maior peso teria o segmento, por ex. Foram também apresentadas propostas de ampliação do Colégio com participação de 10% da sociedade e eleição em dois turnos (Prof. Ângelo Machado) e a proposta da Assembléia Constituinte (Prof. Humberto Alves).*

EXPEDIENTE

Redação e Edição
Francisco Mendes

Montagem
Roselena Silva Nicolau

Composição
TÉCNICA – 222-7226

Impressão
SINPRO-MG – 224-4911